
A QUESTÃO DO ATRASO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA PARA A SUA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL¹

Rodrigo Pereira de Castro² - Leonardo Granato³ - Luis Paulo B. da Silva⁴

RESUMO

Através deste estudo, procuramos apresentar o período entre as independências dos países americanos (final do século XVIII e início do XIX) e a grande depressão mundial de 1929. Com base nos textos e discussões de diferentes autores, defensores de teses distintas, buscamos abordar as causas do atraso relativo das economias dos países latino-americanos e caribenhos em comparação com os Estados Unidos e o Canadá, exemplos de ex-colônias de metrópoles européias que sofreram processos de desenvolvimento diferentes das demais.

Palavras-chave: Desenvolvimento, História Econômica, América Latina.

ABSTRACT

Through this study, we present the period between the American countries' independence (the late eighteenth and early nineteenth centuries) and the great worldwide depression of 1929. Based on the reading and discussion of different authors, advocates of different theories, we seek to address the causes of the relative backwardness of the economies of Latin American

-
1. Este artigo é resultado das discussões realizadas na disciplina História e Desenvolvimento da Economia Latino-Americana do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ministrada pelos professores titulares Decano Alcino Ferreira Camara Neto e Matías Vernengo no primeiro semestre de 2010.
 2. Mestrando do PEPI-UFRJ. Contato: rodrigo.castro@antt.gov.br
 3. Doutorando do PEPI-UFRJ. Contato: granato.leonardo@gmail.com
 4. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Contato: luis_paulo88@hotmail.com

and Caribbean countries in comparison with the United States and Canada, examples of former colonies of European cities that have suffered different development processes from the others.

Keywords: Development, Economic History, Latin America.

Classificação JEL: N16, O54.

INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI foi marcada pelo crescimento da maioria das economias dos países latino-americanos a taxas superiores às registradas nos vinte derradeiros anos do século XX, impulsionado pela alta nos preços internacionais das principais *commodities* decorrente, principalmente, do aumento da demanda asiática por produtos primários desde o final dos anos 1990, em especial na China.

Ao mesmo tempo, o incremento no fluxo de remessas vindas do exterior desde 2002, em boa parte devido à emigração maciça de trabalhadores para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Ásia, muitos deles na ilegalidade ou sem registro formal, equilibrou ou tornou positivas as balanças de pagamento das economias menores do continente, que não se aproveitaram do *boom* de exportações, sobretudo na América Central.

A América Latina do século XXI exporta não só bens primários, mas também mão-de-obra (Pérez Caldentey e Vernengo, 2008). O cenário de supervalorização internacional dos preços das *commodities*, no qual a maioria dos países latino-americanos obteve, a partir desse início de século, saldos positivos em conta corrente, se assemelha ao período do auge do modelo primário-exportador pela semelhança na opção estratégica de crescimento adotada pelas principais economias, por mais progressistas ou conservadores que sejam seus governos.

Assim, com o objetivo de entender as causas do atraso relativo entre os países latino-americanos em relação aos Estados Unidos e Canadá, duas economias oriundas dos sistemas coloniais inglês e francês, iremos nos concentrar na apresentação da estratégia de desenvolvimento das principais economias latino-americanas, voltadas para a exportação de produtos em sua maioria primários, com baixo valor agregado, suscetíveis às oscilações de preços internacionais e às intempéries geopolíticas de toda ordem.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS AMERICANOS

Até 1700, segundo análises de Produto Interno Bruto (PIB) e renda *per capita*, as colônias inglesas e francesas na América do Norte eram econo-

micamente menos bem sucedidas que diversas outras em todo continente americano (Sokoloff e Engerman, 2000).

A região onde se localizam os Estados Unidos era composta por diversas colônias pouco integradas, com grandes disparidades entre suas economias. Barbados, sob dominação inglesa, possuía nesse período renda *per capita* 67% superior aos Estados Unidos, tomando em conta o seu território atual e a média das economias englobadas por ele. Cuba, por sua vez, possuía renda *per capita* 50% maior que o Canadá. Números semelhantes eram registrados nas colônias do Haiti e do México (Sokoloff e Engerman, 2000).

Embora se deva levar em consideração a dificuldade na interpretação de tais dados, sobretudo em função da imensa massa populacional escrava ou não assalariada, outros autores apontam que a distância entre as economias americanas, na forma como é percebida hoje, não era tão sensível até a segunda metade do século XIX. Eles indicam que somente a partir da industrialização os Estados Unidos e o Canadá elevaram o seu ritmo de crescimento, ultrapassando o nível de desenvolvimento econômico das demais colônias (Bulmer-Thomas, 2003; Acemoglu, Johnson e Robinson, 2004).

Tavares destaca que até a guerra civil, os Estados Unidos recém-independentes tinham uma posição secundária no sistema econômico mundial. Foi somente com a junção, a partir da guerra civil, do capital industrial com o capital financeiro, que se obteve a força endógena para impulsionar o capitalismo norte-americano numa alavancagem sem precedentes (Tavares, 1985).

Ela enxerga que a guerra civil complementou a revolução de independência dos Estados Unidos, sendo sua revolução burguesa de fato. Mais importante que as inovações tecnológicas deste período, como o revólver e a máquina de costura, que proviam os exércitos com uniformes e armamentos, foi o surgimento de um projeto nacional norte-americano, que cada vez mais seria visível na marcha para o oeste, na expansão costa-a-costa, na invasão e ocupação de territórios e nas políticas imperialistas e de destino manifesto, com um aprofundamento da Doutrina Monroe (Tavares, 1985).

Segundo Vernengo, a razão da renda *per capita* do Brasil comparada a dos Estados Unidos, em 1800, logo após a independência norte-americana e o declínio da produção de ouro em Minas Gerais, era de 1 para 2. Após a guerra civil e a consolidação da industrialização dos Estados Unidos, em 1870, essa proporção se aproximava a 1 para 6, devido ao aumento significativo da produção de excedentes naquele país (Vernengo, 2010).

Este primeiro momento do século XIX se caracteriza pela formação dos Estados-Nacionais americanos, no qual quase todas as colônias realizaram

movimentos bem-sucedidos de independência de suas metrópoles, com diferentes graus de conflito e ruptura. Em geral, mesmo as independências belicosas foram insuficientes para alterar as estruturas nas colônias de exploração, ao contrário do que ocorreu nas colônias de povoamento onde os grupos dominantes não detinham tanto poder concentrado.

Interessante notar que as independências políticas das ex-colônias não geraram, com raras exceções, grandes variações nas matrizes exportadoras e nos fluxos de comércio e divisas antes determinados pelos pactos coloniais. Os novos países mantiveram sua estrutura produtiva anterior, com uma predominância absoluta no modelo exportador agrícola, pecuário e de minérios em estado bruto para o centro, agora com a Inglaterra ocupando a posição das metrópoles ibéricas. Conservaram ainda por um longo período as arcaicas estruturas escravistas, sustentadas por uma elite oligárquica muito reduzida, detentora do poder político de fato e de direito, das instituições econômicas responsáveis pela distribuição dos recursos e pela arrecadação de impostos e tributos (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2004).

As ex-colônias de exploração e extração, diferentemente daquelas de povoamento norte-americanas apresentavam uma distribuição de fatores de produção e recursos menos equitativa, gerando um pequeno grupo abastado dominante, extremamente conservador e sem nenhum interesse no desenvolvimento da demanda interna e do comércio interior, nem na integração com os demais países do continente (Sokoloff e Engerman, 2000). Todavia, a quebra do pacto colonial e guerras internas recorrentes na Europa no século XIX envolvendo as ex-metrópoles interromperam em diversos casos o fluxo comercial e conseqüentemente a entrada de divisas, de bens de consumo e de mercadorias em geral.

Os países latino-americanos e do Caribe, em função dessa ruptura do fluxo de capitais, enfrentaram graves crises em suas balanças de pagamento, sendo obrigados a recorrer a financiamentos externos de grande magnitude. O endividamento prematuro dessas nações foi agravado pelas custosas etapas de emancipação, expondo-as às crises internacionais, aos choques nos preços das *commodities* e às alterações das taxas de juros definidas pelos bancos e pelo Estado inglês.

O México, país exportador de prata para sua metrópole ibérica, foi um exemplo dessa ruptura comercial. A Espanha lhe fornecia toda espécie de bens de consumo, industrializados ou semi-acabados. Com a independência mexicana e a conseqüente interrupção dos fluxos comerciais, que persistiu nas primeiras décadas do século XIX, o México foi forçado a se monetizar, ficando com a prata em seu território, ao mesmo tempo em que surgia uma

crescente demanda não atendida por bens de consumo. A produção da prata caiu drasticamente, devido à ausência de suprimento de mercúrio, das minas espanholas, necessárias às etapas produtivas. O rompimento dos fluxos de capital e de comércio fez surgir as primeiras centelhas do desenvolvimento industrial na América Latina. Neste sentido, alguns autores afirmam que as origens da industrialização datam não do século XX, mas sim dessas demandas não satisfeitas, que levaram a casos isolados de aparecimento de pequenas indústrias manufatureiras voltadas ao comércio interno no século anterior (Lewis, 1991).

Contudo o crescente volume comercial entre o centro industrializado e a periferia primário-exportadora inundou a última de produtos acabados de maior qualidade e preços menores, eliminando qualquer possibilidade de sobrevivência das manufaturas quase artesanais na América, perpetuando o modelo colonial até os anos 1930.

O período de cinquenta anos após as independências dos países latino-americanos e caribenhos foi marcado pela instabilidade política, por conflitos interestatais, como a Guerra do Paraguai (1865-70) e do Pacífico (1879-83), inúmeras tentativas de revoltas e levantes internos, de cunho social, separatista e abolicionista. As novas nações latino-americanas se inseriram no sistema econômico mundial, após terem rompido seus laços coloniais, no papel de ex-colônias endividadas de metrópoles periféricas, uma vez que Portugal e Espanha já não participavam do centro hegemônico do sistema no século XIX (Bulmer-Thomas, 2003: 48 e 49).

Em um mundo aonde os processos de industrialização já se encontravam em marcha acelerada, amparados pelo grande capital financeiro internacional garantido pelos bancos ingleses, ou com a participação estatal (nos casos da Alemanha e Japão), a América Latina e o Caribe enfrentavam recorrentes *déficits* em suas balanças de pagamento e a ausência de um projeto estatal autônomo voltado ao crescimento da produção destinada às demandas internas e externas. O projeto das elites latino-americanas buscava a integração subordinada, produzindo matérias-primas para o centro industrializado.

Portanto, os constantes conflitos territoriais que marcaram os países da América Latina durante o século XIX e a conseqüente necessidade de manutenção de um dispendioso aparato militar e de defesa impediu que estes Estados construíssem instituições políticas e econômicas que favorecessem o desenvolvimento a partir de demandas internas. O que se manteve foi o poder das pequenas elites, geralmente com interesses agrários, que continuaram exercendo uma influência política e econômica dominante em toda

a região, pela sua capacidade de gerar as divisas necessárias à manutenção desta organização estatal.

A PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO E A ERA DAS EXPORTAÇÕES

Do último terço do século XIX até a Primeira Grande Guerra, não só a América Latina, com seus Estados mais solidificados, mas boa parte da periferia do sistema econômico mundial viveu os efeitos da chamada Primeira Globalização⁵. Registrou-se um crescimento vertiginoso dos fluxos de capitais e de mercadorias internacionais associados à abertura de novos mercados consumidores na América e Ásia e à transição do trabalho escravo para assalariado, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 1
EXPORTAÇÕES NO COMÉRCIO INTERNACIONAL (1820-1929).

1820	1870	1913	1929
US\$ 7,3 bilhões	US\$ 56,2 bilhões	US\$ 236,3 bilhões	US\$ 334,4 bilhões

Fonte: Adaptado de Cárdenas, Ocampo e Thorp (2000).

As nações centrais, representadas por Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha, respondiam a partir de 1870 por mais de 60% do volume mundial de exportações, sobretudo de bens acabados. A aceleração do comércio mundial desencadeou um aumento da demanda efetiva por bens primários, matérias-primas necessárias ao suporte da industrialização no centro econômico do sistema. Parte do crescimento do volume mundial de exportações da periferia se deveu à redução das restrições tarifárias e políticas às *commodities* americanas no mercado europeu.

Segundo Vernengo (2003) o sistema comercial, econômico e monetário internacional, sob a hegemonia da Inglaterra e seu aparato financeiro com base no padrão ouro-libra, passou a operar num ciclo mundial bem definido, sem fuga de capitais, com grande intercâmbio entre países do centro (industrializados) e da periferia (exportadores de bens primários)⁶. O final do século XIX representou o auge da divisão internacional do trabalho, na qual aqueles países periféricos que se integraram ao sistema capitalista mundial especializaram-se na produção e exportação de minérios em estado bruto, produtos agrícolas e pecuários aos países centrais. Através destas expor-

5. Comumente, a Primeira Globalização é entendida como o período que marca a expansão da industrialização para países como a Alemanha e os Estados Unidos, posteriormente ao seu desenvolvimento inicial na Inglaterra, Bélgica e França.

6. A teoria da estabilidade hegemônica, desenvolvida por Kindleberger (1973) sugere que a estabilidade do sistema do padrão-ouro resultou da efetiva liderança do hegemom, neste caso a Inglaterra.

tações adquiriam reservas em ouro (no caso das periferias mais associadas ao centro) ou em libra (em sua maioria), para sustentarem a importação de bens industrializados, de consumo básico.

A maioria dos países da América Latina e Caribe manteve sua base econômica altamente concentrada, com uma ou duas *commodities* representando quase todo seu portfólio de exportações. Mais de 50% das exportações eram de produtos agrários. Como pode ser visto na tabela a seguir, o padrão das exportações dos países latino-americanos se manteve semelhante ao do período colonial, com exceção da Argentina e do Peru, sendo quase a totalidade das exportações compostas por apenas dois produtos agropecuários ou minerais em estado bruto.

Tabela 2
RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* PELO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES, NO FINAL DO SÉCULO XIX

Países	Argentina	Peru	Brasil	Cuba	El Salvador	Guatemala
1º produto	Grãos	Cobre	Café	Açúcar	Café	Café
2º produto	Trigo	Açúcar	Borracha	Tabaco	Metais preciosos	Banana
Participação no total das exportações	43,2%	37,4%	78,2%	91,5%	95,5%	90,5%

Fonte: Adaptado de Bulmer-Thomas (2003).

Este período foi marcado pela monetização crescente nas relações de trocas, com o fim da escravidão e a transição para o trabalho assalariado. Verificou-se, em função das oportunidades que surgiam com a explosão do modelo agro-exportador, um notável fluxo de imigração de trabalhadores europeus e asiáticos para a América, o que alterou significativamente as relações trabalhistas com o surgimento de novas classes com diferentes formas de organização no continente.

Através do emprego do capital internacional, no final do século XIX e início do XX houve um início de processo de urbanização e desenvolvimento de infra-estruturas de transportes, ferrovias e comunicações, visando atender ao modelo exportador voltado ao mercado externo. A união do capital industrial e financeiro internacional com o capital local que gerava excedentes em função das rendas das elites primário-exportadoras nacionais, juntamente ao novo capital humano imigrante, possibilitou o surgimento entre 1880 e 1910 de pequenas indústrias manufatureiras, com algum destaque para as cervejarias (*Quilmes* na Argentina, *Antarctica* no Brasil), calçados (*Alpargatas*), frigoríficos, oficinas associadas às ferrovias, pequenas caldeirarias e metalúrgicas (Lewis, 1991).

Porém, não se deu um ciclo de desenvolvimento ou de industrialização sustentável, em parte pela ausência de projetos nacionais voltados ao crescimento da demanda interna e à proteção das indústrias que surgiam, em parte pelo conservadorismo e falta de capacidade de se estabelecer uma aliança envolvendo os interesses da antiga oligarquia primário-exportadora e da ainda fraca classe burguesa urbana.

Este período coincidiu com o auge das exportações de produtos industrializados por parte das economias centrais, sobretudo da Europa Ocidental e Estados Unidos, com o incremento das infra-estruturas e facilidades de acesso aos novos mercados emergentes na América e Ásia, levando à perda de espaço das companhias comerciais que comandavam o comércio nas periferias. Este processo é enxergado por Lewis (1991) e Bulmer-Thomas (2003) como o início da industrialização nas principais economias latino-americanas, lento, fragmentado, mas capaz de criar condições para as etapas seguintes, pós- crise de 1929.

O atraso relativo das economias latino-americanas e caribenhas atingiu seu ápice na virada do século XIX para o século XX, onde a renda *per capita* norte-americana alcançou o recorde relativo, seis vezes superior à renda brasileira. Grande parte decorre do fato dessas economias não terem tirado pleno proveito do *boom* da Era das Exportações, enquanto Estados Unidos e Canadá industrializavam-se e capitalizavam-se a passos largos. A América Latina e o Caribe desperdiçaram as oportunidades de crescimento disponíveis, associadas à satisfatória dotação de fatores, de aspectos geográficos, de recursos naturais e institucionais, com um volume de exportações aquém dos verificados na Europa e América do Norte.

DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E CRISE DE 1929

O contexto econômico internacional posterior a crise de 1929 foi marcado por uma série de mudanças nos padrões do sistema econômico mundial que demandaram uma nova forma de inserção das economias latino-americanas neste sistema. Algumas das principais mudanças presenciadas no período foram a deterioração dos termos de trocas entre os produtos industrializados e os produtos agropecuários, o subsequente endividamento dos países subdesenvolvidos, além da crise do padrão ouro-libra e a progressiva substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como a principal economia do mundo.

A crise econômica que compreendeu o período entre 1929 e 1933 experimentou uma forte mudança nos preços relativos: os preços das exportações em dólares dos países latino-americanos apresentaram um colapso mais

forte que os preços das importações em dólares de uma forma nunca antes vista no período caracterizado pelas exportações agrícolas. Deste modo a balança comercial que durante a década de 1920 apresentava *superávit* passou a marcar sucessivos *déficits* (Díaz-Alejandro, 2001). “Entre 1928 e 1932 o valor das exportações caiu mais de 50% em dez dos países que tinham dados disponíveis, os únicos países com quedas modestas nos preços das exportações (Honduras e Venezuela) foram aqueles em que os preços dos produtos primários eram administrados por companhias estrangeiras e não foram afetadas pelas forças do mercado” (Bulmer-Thomas, 2003)⁷.

Enquanto os preços relativos das exportações comparativamente às importações caíam, as taxas de juros nominais da dívida pública e da dívida privada externa mantinham-se crescendo. Estes papéis da dívida aumentaram a carga fiscal e da balança de pagamentos dos países da região. Isto significava que parte das divisas adquiridas através das exportações, que estavam decrescendo, tinha que ser utilizada no pagamento do serviço da dívida. Dívida que, da mesma forma que o desenvolvimento de uma produção própria, demandou a estes países a busca de novas formas de renda ante a queda do volume e dos valores do comércio exterior, cujas taxas eram as principais fontes de rendimentos dos governos latino-americanos.

As questões descritas acima são derivadas de um processo mais amplo de mudança na economia mundial, marcado pela transformação do padrão ouro-libra (1819-1914) e tentativa de retorno até os anos 30, culminando com sua substituição pelo padrão ouro-dólar (fim da Segunda Guerra até 1971), que ocorreu em conjunto com a mudança do pólo hegemônico do início do século XX da Inglaterra para os Estados Unidos. O padrão monetário ouro-libra, que marcou todo o período de crescimento das economias latino-americanas baseadas nas exportações, sustentava-se sobre dois modos de desenvolvimento: o primeiro, industrializante, voltado para “dentro”, liderado pelo Estado e centrado na formação, expansão e proteção do mercado interno; o segundo, voltado para “fora”, complementar à estrutura produtiva inglesa e baseada na produção especializada de *commodities*. O crescimento dos Estados Unidos como centro hegemônico mundial quebrou estes dois modelos de crescimento, pois este país, grande competidor no mercado das *commodities*, não demandava uma grande quantidade de mercadorias dos países periféricos, suprimindo assim as exportações da América Latina (Medeiros e Serrano, 2000).

A crise de 1929 atingiu sem dúvidas toda a América Latina, porém o seu impacto foi diferenciado de acordo com fatores internos e externos. Bulmer-

7. Bulmer-Thomas, V. op. cit., p. 191. Tradução livre dos autores.

Thomas (2003) enfatiza o papel do setor externo na difusão e recuperação da economia mundial após 1929 afirmando que a economia latino-americana só foi capaz de se restabelecer no sistema econômico mundial quando no contexto internacional foram restabelecidas as bases para o crescimento econômico. Contudo, sem negar as afirmações acima, Diaz-Alejandro (1988), analisa como o contexto internacional e a autonomia política influenciaram a capacidade interna de cada país lidar com os efeitos da crise. Este autor aponta que as possibilidades de recuperação da depressão de 1929 estavam ligadas às possibilidades engendradas pelas elites político-econômicas locais de criar políticas de combate à crise.

Também foram fundamentais as contribuições de novas correntes intelectuais que propunham alternativas às políticas econômicas do período agroexportador. Elas estavam centradas principalmente nas discussões sobre a importância da industrialização endógena para diminuir os efeitos das crises e inconstâncias da economia internacional. Dentro destas idéias teve grande relevância a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), em 1947, sobre a liderança do economista argentino Raúl Prebisch (dos Santos, 2003).

Segundo Prebisch, “em outros tempos, antes da Grande Depressão, os países da América Latina cresceram impulsionados pelo crescimento persistente das exportações. Nada autoriza a supor, pelo menos agora, que este fenômeno possa se repetir, pelo menos com intensidade análoga.” (Prebisch, 1986: 481)⁸. A tese de Prebisch se vincula com a idéia que o crescimento econômico estaria baseado no desenvolvimento das capacidades industriais dos países da periferia, mas isso não significa sacrificar o setor agrário exportador, pois por um lado, ele teria um papel fundamental no fornecimento das divisas para adquirir as importações necessárias ao desenvolvimento industrial e, por outro, ele usualmente contém uma elevada proporção da renda da terra. Finalmente, se com o progresso técnico se logra aumentar a eficácia produtora e, mediante a industrialização e uma adequada legislação social eleva-se o salário real, o desequilíbrio de renda entre os centros e a periferia será corrigido (Prebisch, 1986).

Nesse mesmo contexto, os avanços tecnológicos no centro industrializado, a partir do momento em que fossem disseminados às periferias, reduziriam os custos de produção nas economias primário-exportadoras. Esse progresso técnico, incorporado pela importação de bens de capital que seriam utilizados na mecanização da produção agro-pecuária, na extração de minérios e na redução de custos de fretes e transportes, traria vantagens

8. Tradução livre dos autores.

competitivas à periferia, justificando a manutenção da matriz econômica original, elevando gradualmente a renda e o padrão de vida das populações.

Por outro lado, o senso comum desestimulava uma possível tentativa de industrialização nos países periféricos, entendida como muito tardia, o que colocaria estas economias em uma competição impossível de ser bem sucedida com as nações que já se encontravam em processos avançados de industrialização, tanto em matéria de economia de escala, quanto em relação a preços e capacidade produtiva.

Sem prejuízo da perspectiva anterior e como resultado das crises e mudanças do capitalismo mundial, desenvolveu-se o modelo denominado de substituição das importações, que constituiu o início da etapa do desenvolvimento manufatureiro da América Latina. Como pode ser visto nas palavras de Medeiros e Serrano:

“O protecionismo, a autarquia e a substituição de importações foram uma resposta natural e praticamente inevitável a essas mudanças, que se configuram numa brutal redução na ‘capacidade de importar’ da periferia e numa situação de escassez de divisas permanente (agora uma escassez de dólares e não de libras)” (Medeiros e Serrano, 2000: 131).

INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

O fenômeno da substituição das importações começou a ser objeto de sistematização teórica e política na década de 1930 quando o historiador brasileiro Roberto Simonsen o descreveu pela primeira vez. Na década de 1950 a CEPAL estudou as particularidades do processo, que se iniciou pela substituição das importações de produtos de consumo, sobretudo da elite. Na década de 1940, a substituição das importações se orientou aos bens de consumo duráveis, e somente em uma última etapa, em 1960, iniciou-se uma substituição no setor de maquinário. A respeito, segundo Santos foram essas particularidades do processo de industrialização com base na substituição de importações que fizeram com que o crescimento industrial dependesse das divisas obtidas com as exportações (dos Santos, 2003).

As possibilidades de desenvolvimento de uma indústria forte, dinâmica e competitiva eram diferenciadas entre os países da América Latina. Países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai já tinham desenvolvido ao longo da série de choques da economia agroexportadora um setor industrial capaz de atender a demanda de bens de consumo não-duráveis. Nestes casos, no final da década de 1930, a primeira fase da industrialização já se apresentava mais avançada. Assim, a CEPAL forneceu uma fundamentação teórica para as políticas de substituição das importações em curso.

No entanto, países como Bolívia, Paraguai e Peru tentaram em um primeiro momento desenvolver uma visão mais para o interior, mas o resultado foi desastroso em alguns momentos, com colapsos das reservas estrangeiras, estrangulamentos da oferta de produtos e pressões inflacionárias. A ausência de um setor industrial já desenvolvido foi visto como um obstáculo ao desenvolvimento de uma política de substituição das importações, e assim as exportações agropecuárias se mantiveram como as principais fontes de rendas (Bulmer-Thomas, 2003).

As capacidades de criar alternativas ao modo de inserção tradicional das economias latino-americanas dependiam basicamente de sua habilidade de controlar os instrumentos da política econômica nacional, entre eles, taxa de câmbio e tarifas alfandegárias, assim como controlar a política monetária e fiscal. Essa liberdade estava diretamente relacionada à independência obtida em relação ao centro decisório do sistema econômico mundial (principalmente os Estados Unidos) e ao tamanho do mercado interno nacional (Díaz-Alejandro, 2001).

De fato, no início do período de substituição das importações os países que conseguiram desenvolver com maior eficiência o seu parque industrial apresentaram um desempenho acima da média mundial. Na década de 1930 o setor manufatureiro cresceu a uma taxa de 3% ao ano na Argentina, 8% na Colômbia e 6% no Brasil. Os setores que comandaram este crescimento foram os chamados da “fase fácil” da substituição das importações: indústrias têxteis, refino de petróleo e processamento de alimentos⁹. Já no final dos anos 50 e 60 estes mesmos países tinham uma participação do setor industrial no total do PIB similar àquela dos países desenvolvidos ocorrendo também uma mudança de estrutura, incorporando setores como metalurgia e indústria química (Bulmer-Thomas, 2003).

Como conclusão, esse processo de substituição de importações impulsionou a economia latino-americana, que conseguiu crescer da década de 30 até o fim dos anos 70. Em um primeiro momento, a restrição externa absoluta, somada à relativa facilidade de substituir uma ampla faixa de bens de consumo de tecnologia simples, exerceu um efeito positivo ao permitir um “desvio de demanda” dos fornecedores estrangeiros para os produtores nacionais. No entanto, as possibilidades de manter um padrão de crescimento em longo prazo baseado nesse processo natural ou espontâneo são muito limitadas. Assim, o planejamento da industrialização para

9. Díaz, Alejandro: op. cit.

o desenvolvimento industrial no segundo pós-guerra dos países periféricos latino-americanos se mostrou essencial para a continuidade de um processo voltado para o crescimento do mercado interno (Díaz-Alejandro, 2001).

A política de substituição das importações também foi insuficiente para lidar com problemas arraigados da economia e da sociedade latino-americana. Apesar de gerar um crescimento econômico constante ao longo de mais de 30 anos, a distribuição das riquezas geradas pela industrialização piorou ao longo deste mesmo período. Algumas nações da região estavam entre as mais desiguais do mundo. Países como Equador e Honduras tinham um índice de Gini nos anos 1970 acima de 0,6; Brasil, México, Panamá e Peru acima de 0,5¹⁰. A industrialização também não foi capaz de acabar com a vulnerabilidade dos países latino-americanos às crises externas e acabar com os *déficits* no balanço de pagamentos, situação que se mostrou insustentável quando eclodiu outra grande crise no sistema financeiro mundial, já nos anos 1970 (Bulmer-Thomas, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, analisamos o processo histórico de inserção das economias dos países latino-americanos no sistema mundial, desde suas independências, passando pela formação dos Estados Nacionais até o período conhecido como industrialização por substituição de importações.

O período entre os movimentos de independência, no final do século XVIII e início do século XIX, e o desenvolvimento da industrialização nos Estados Unidos, coincidente com a Guerra Civil, marcou o crescimento da disparidade e do atraso relativo da América Latina e Caribe em termos de PIB e renda *per capita*. As causas deste atraso estão associadas à manutenção das estruturas do período colonial, com pequenas elites oligárquicas detentoras do poder econômico e político, de fato e de direito, com interesses primário-exportadores impedindo que se desenvolvessem instituições estatais que favorecessem o desenvolvimento a partir das demandas internas.

A inserção de modo periférico no sistema econômico internacional, como ex-colônias de exploração de metrópoles secundárias, seguida do incremento da produção no modelo primário-exportador de *commodities* provocou, desde o início dos países latino-americanos, sérias e não solucionadas restrições externas, tanto tecnológicas pelo não desenvolvimento da

10. Índice Gini que varia de 0 a 1, onde 0 é a distribuição equitativa das riquezas e 1 é o máximo de concentração.

auto-suficiência na produção de bens de capital, quanto financeiras devido à necessidade de recorrer a financiamentos de capital externo e constantes ciclos de endividamento. A autonomia desses países no sistema mundial foi diretamente comprometida, desde as independências.

A ausência de projetos de desenvolvimento endógeno a partir dos Estados, aliado ao grande endividamento decorrente das etapas de emancipação e das recorrentes crises nas balanças de pagamentos levaram essas economias a não tirarem proveito do período conhecido como primeira globalização, no qual as condições da economia internacional eram favoráveis a uma inserção competitiva no sistema econômico mundial.

No período entre 1870 e 1914, as economias latino-americanas experimentaram uma relativa prosperidade, em função do incremento no volume mundial de comércio. Todavia, com a maior parte das exportações concentradas em uma ou duas commodities principais, essas economias apresentavam-se vulneráveis às turbulências internacionais, sobretudo quanto às oscilações nos termos de trocas.

Apesar de alguns exemplos isolados de desenvolvimento de manufaturas no século XIX, somente em decorrência da crise econômica mundial de 1929 e das duas Guerras Mundiais alguns países latino-americanos iniciaram, forçadamente, seus processos de industrialização por substituição de importações, cuja importância foi a construção das bases do desenvolvimento industrial destes Estados. No entanto, esse processo não foi suficiente para lidar com problemas estruturais da economia e da sociedade latino-americanas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon e ROBINSON, James (2004). *Institutions as the Fundamental Cause of Long-run Growth*. National Bureau of Economic Research, Working Paper N^o. 10481.
- BULMER-THOMAS, Victor (2003). *The Economic History of Latin America since Independence*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CÁRDENAS, Enrique; OCAMPO, José A.; e THORP, Rosemary (2000). *The export age: the latin american economies in the late nineteenth and early twentieth centuries*. In: Cárdenas, E.; et all. (Org.). *An Economic History of Twentieth-Century Latin America*. Chippenham, Wiltshire: Antony Rowe.
- COATSWORTH, John H. e WILLIAMSON, Jeffrey G. (2004). *The roots of Latin American protectionism: looking before the great depression*. National Bureau of Economic Research, Working Paper N^o. 8999.
- DIAZ-ALEJANDRO, Carlos F. (2001). *Latin America in the 1930's*. In: Frieden, J. et. all. (Org.) *Latin America: Theory and policy*. Boulder: Westview Press.
- KINDLEBERGER, Charles (1973). *The World in Depression 1929-1939*. Berkeley – Los Angeles: University of California Press.
- LEWIS, Colin M. (1991). *La industria en América Latina antes de 1930*. In: Bethell, Leslie (Ed.) *História de América Latina: Volume VII, América Latina: economía, y sociedad, c. 1870-1930*. Barcelona: Editorial Crítica,
- MEDEIROS, Carlos A. e SERRANO, Franklin (2000). *Padrões monetários internacionais e crescimento*. In: Fiori, José L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.
- DE MELLO, João M. C. (1998). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- PÉREZ CALDENTEY, Esteban e VERNENGO, Matias (2008). *Back to the Future: Latin America's Current Development Strategy*. The Ideas Working Paper Series N^o. 07.
- PREBISCH, Raúl (1986). *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*. In: *Desarrollo Económico*, Vol. 26, N^o. 103, 1986.
- SANTOS, Theotônio dos (2003). *La teoría de la dependencia: balance y perspectivas*. Buenos Aires: Plaza & Janés Editores.
- SOKOLOFF, Kenneth L.; ENGERMAN, Stanley L. (2000). *History lessons: institutions, factors endowments, and paths of development in the new world*. In: *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 14, N^o. 3.
- SUNKEL, Oswaldo (1975). *Ensaio de interpretação do Desenvolvimento Latino-Americano*. São Paulo: DIFEL/Fórum,
- TAVARES, Maria da Conceição (1985). *A retomada da hegemonia norte-americana*. In: *Revista de Economia Política*, Vol. 5, N^o 2.
- VERNENGO, Matias (2003). *The Gold Standard and Center-Periphery Interactions*, University of Utah, Department of Economics, Working Paper N^o. 10.
- VERNENGO, Matias (2010). *Açúcar, Parasitas e Merrecas. Porque o Brasil Ficou para Trás*, mimeo.